

HISTÓRICO DA AGRICULTURA URBANA EM FORTALEZA/CE: TRAJETÓRIAS, POLÍTICAS E EXPERIÊNCIAS

History of urban agriculture in Fortaleza/CE: trajectories, policies, and experiences

Iara Rafaela Gomes

Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

iara.gomes@ufc.br

Antônio Marcos Esmeraldo Bezerra

Departamento de Fitotecnia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

marcoesmeraldo1958@gmail.com

Recebido: 04/09/2025

Aceito: 12/11/2025

Resumo

A agricultura urbana em Fortaleza, Ceará, constitui uma prática social e ambiental de longa duração, que atravessa distintas fases de desenvolvimento, desde as primeiras experiências comunitárias nas décadas de 1980 e 1990 até a atualidade. Este artigo reconstrói o percurso histórico da agricultura urbana e periurbana na capital cearense, analisando suas origens, políticas públicas, projetos e redes sociais a partir de uma ampla revisão de teses, relatórios técnicos, diagnósticos institucionais e pesquisas de campo. Identifica-se um processo marcado por avanços e descontinuidades: da breve criação dos Centros de Referência em Agricultura Urbana Sustentável (CRAUS) e da aprovação da Lei Municipal n. 9.443/2009 à retração do apoio público e à manutenção das práticas, sobretudo por iniciativas autônomas de universidades, coletivos e comunidades. O estudo evidencia que a agricultura urbana, mesmo diante da ausência de políticas consistentes nas últimas gestões, permanece como instrumento de resistência, solidariedade e produção territorial, reafirmando sua relevância para a segurança alimentar, a justiça socioambiental e o planejamento urbano de Fortaleza.

Palavras-chave: Agricultura urbana, Políticas públicas, Agroecologia, Segurança alimentar, Fortaleza (CE).

Abstract

Urban agriculture in Fortaleza, Ceará (Northeast Brazil), represents a long-term social and environmental practice that has evolved through distinct phases—from community-based experiences in the 1980s and 1990s to the current cycle of academic and grassroots initiatives. This article reconstructs the historical trajectory of urban and peri-urban agriculture in the city, examining its origins, public policies, projects, and social networks based on a comprehensive review of these, institutional reports, and field research. The analysis reveals a process marked by both achievements and discontinuities: from institutional consolidation through Municipal Law No. 9.443/2009 and the creation of short-lived Sustainable Urban Agriculture Reference Centres (CRAUS) to the decline of municipal support and the persistence of practices led by universities, collectives, and communities. Despite limited governmental commitment in recent years, urban agriculture remains a vital form of resistance, solidarity, and territorial production, reaffirming its importance for food security, social justice, and sustainable urban planning in Fortaleza.

Keywords: Urban agriculture, Public policy, Agroecology, Food security, Fortaleza (Brazil).

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a agricultura urbana consolidou-se como uma das expressões mais significativas das transformações sociais e ambientais das cidades brasileiras. Longe de ser apenas uma alternativa de produção de alimentos, ela representa uma forma de apropriação do território urbano, integrando dimensões econômicas, culturais e ecológicas. Em Fortaleza, essa prática adquiriu contornos particulares, resultantes da conjugação entre vulnerabilidade social, forte presença de movimentos comunitários e tradição agrícola enraizada nas memórias das famílias migrantes que chegaram à capital ao longo do século XX.

A história da agricultura urbana fortalezense revela um processo de reinvenção contínua. As primeiras experiências surgiram em contextos de carência e exclusão, com hortas domésticas, quintais produtivos e pequenas áreas de cultivo em terrenos ociosos das periferias. Ainda sem reconhecimento institucional, essas iniciativas asseguravam parte da alimentação das famílias e reforçavam os vínculos de solidariedade e pertencimento. Nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 2000, o tema passou a integrar as agendas públicas de segurança alimentar, meio ambiente e desenvolvimento social, culminando na Lei Municipal n. 9.443 (Fortaleza, 2009), que reconheceu oficialmente a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) como política pública.

Entretanto, o percurso posterior foi marcado por fragilidade institucional e descontinuidade administrativa. Após um ciclo de avanços na década de 2010, com projetos como as Hortas Escolares, as Farmácias Vivas e a expansão das feiras agroecológicas, a ausência de coordenação permanente nas gestões mais recentes reduziu o alcance das ações públicas. A consolidação do tema tem ocorrido, assim, por meio da resistência de comunidades e da atuação das universidades e movimentos sociais, que mantêm viva a prática agroecológica e os princípios de segurança alimentar e sustentabilidade urbana.

Este artigo tem como objetivo reconstituir o histórico da agricultura urbana em Fortaleza, destacando seus marcos, atores e políticas, e analisando as tensões entre os avanços institucionais e os vazios de gestão que atravessam a política local. A partir da sistematização de teses, monografias, artigos e diagnósticos técnicos, somada à observação das experiências recentes, busca-se compreender como a agricultura urbana se configura como prática viva e campo de disputa política, em que se articulam saberes populares, ciência, políticas públicas e movimentos sociais.

A análise organiza-se em cinco seções principais: a primeira discute as origens e antecedentes das práticas agrícolas urbanas em Fortaleza (1980-2000); a segunda aborda o período de expansão e consolidação institucional (2000-2010); a terceira examina a integração e inovação nas políticas públicas (2010-2020); e a quarta analisa as redes e os marcos legais recentes (2020-2025), evidenciando tanto os avanços quanto as rupturas. Por fim, as considerações finais sintetizam as lições históricas e os desafios para o fortalecimento da agricultura urbana como política de Estado, e não apenas como iniciativa social.

2. ORIGENS E ANTECEDENTES (1980-2000)

A agricultura urbana em Fortaleza emerge de forma orgânica, enraizada nas transformações socioespaciais que marcaram o final do século XX. As décadas de 1980 e 1990 foram decisivas para compreender o modo como a cidade, em processo acelerado de urbanização, incorporou práticas agrícolas como estratégias de subsistência, saúde e resistência comunitária. Esse movimento se desenvolveu em paralelo à intensificação da desigualdade urbana e à carência de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da insegurança alimentar.

Um dos primeiros registros de ações governamentais voltadas à agricultura urbana em Fortaleza remonta à gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele (1986-1988). Nesse período, a prefeitura implantou o projeto “A Comunidade Planta e Colhe”, que incentivou a criação de hortas comunitárias em bairros como Granja Portugal, Conjunto Palmeiras, Conjunto Ceará e Conjunto Marechal Rondon (atualmente pertencente ao município de Caucaia). Paralelamente, foi desenvolvido o projeto “Cabra Bom”, voltado à produção leiteira caprina nas mesmas comunidades. Ambas as iniciativas se destacaram por integrar práticas produtivas e de segurança alimentar em áreas periféricas, representando um dos primeiros esforços de inserção do tema da agricultura urbana na agenda municipal de Fortaleza.

O período corresponde à reconfiguração das dinâmicas migratórias internas no Ceará. Conforme destaca Gomes e Cruz (2019), as migrações rurais, impulsionadas por secas e pela concentração fundiária no interior, resultaram na fixação de famílias camponesas nas periferias de Fortaleza. Nessas novas territorialidades urbanas, as práticas agrícolas foram mantidas como herança cultural e meio de sobrevivência. Em bairros como Lagoa Redonda, Sabiaguaba, Jangurussu e Messejana, observa-se o surgimento de quintais produtivos e hortas familiares voltadas ao autoconsumo, mas

também à comercialização, baseadas em técnicas tradicionais e no aproveitamento de espaços ociosos (Gomes, 2017; Gomes; Cruz, 2020).

De acordo com o Diagnóstico da Agricultura Urbana de Fortaleza (CEARAH Periferia; Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security, 2001), o contexto das décadas de 1980 e 1990 foi marcado por uma expansão urbana desordenada, pela ausência de saneamento básico e pela precariedade habitacional. Nesse cenário, a agricultura urbana emergiu como prática espontânea e autogerida, desempenhando função social relevante na garantia de alimentos e na organização comunitária. O relatório identificava hortas domiciliares, escolares e comunitárias em áreas de risco ambiental, especialmente nas margens de lagoas e canais – territórios onde o poder público pouco atuava, mas onde se formavam redes de solidariedade e troca de saberes.

Essas experiências também se articularam a iniciativas ligadas à saúde popular e ao uso tradicional de plantas medicinais. A criação das Farmácias Vivas, idealizadas pelo professor Francisco José de Abreu Matos, da Universidade Federal do Ceará (UFC), no final dos anos 1980, representou um marco na integração entre saber popular e conhecimento científico. As Farmácias Vivas foram concebidas como alternativa de baixo custo e impacto ambiental, promovendo o cultivo de plantas medicinais em hortos comunitários e sua distribuição gratuita pelo Sistema Único de Saúde (Rufino, 2015).

No mesmo período, o Movimento Mulheres da Itaoca, surgido na periferia de Fortaleza, assumiu papel central na articulação entre práticas agroecológicas, autonomia feminina e geração de renda. O grupo originou-se da luta por condições básicas de vida e rapidamente incorporou o cultivo de ervas medicinais e hortaliças como estratégia de fortalecimento comunitário. A experiência, apoiada pela UFC, pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) e pelas organizações da sociedade civil, contribuiu para difundir a noção de agricultura urbana como instrumento de emancipação social e política das mulheres (Barros, 2015).

Outro exemplo expressivo é o Projeto Quatro Varas, criado na Barra do Ceará no início da década de 1990, articulado ao Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária. Idealizado por Adalberto e Airton Barreto, o projeto tornou-se referência internacional ao associar terapia comunitária, agroecologia e práticas de cuidado, estabelecendo um horto comunitário e uma farmácia viva no próprio espaço do centro. A experiência das Quatro Varas ilustra como a agricultura urbana se vinculou, desde cedo, às dimensões simbólicas e terapêuticas da vida cotidiana, reforçando a ideia de que o cultivo urbano é também uma forma de reconstrução de laços sociais e afetivos.

Durante os anos 1990, várias organizações não governamentais (ONGs) – entre elas o CEARAH Periferia – iniciaram diagnósticos e projetos de planejamento participativo, identificando o potencial produtivo de áreas ociosas na malha urbana. Essas ações, frequentemente em parceria com universidades, representaram um primeiro esforço de sistematização da agricultura urbana como componente do planejamento territorial e da política de segurança alimentar. Segundo Regina Barros Miranda (2010), foi nesse contexto que Fortaleza começou a reunir as condições institucionais e sociais para reconhecer a agricultura urbana como tema de política pública, antecipando o movimento nacional que se consolidaria na década seguinte.

A soma dessas experiências, hortas familiares, Farmácias Vivas, iniciativas feministas e projetos de saúde comunitária, configurou um campo fértil para a formação de redes locais e intersetoriais. Mais do que produzir alimentos, tais práticas redefiniram o papel social da terra urbana, promovendo a recuperação de espaços degradados, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a valorização dos saberes populares. Assim, ao fim dos anos 1990, Fortaleza já apresentava um mosaico de experiências dispersas, mas articuladas por princípios de solidariedade, cuidado e sustentabilidade, que preparam o terreno para a institucionalização das políticas municipais na década seguinte.

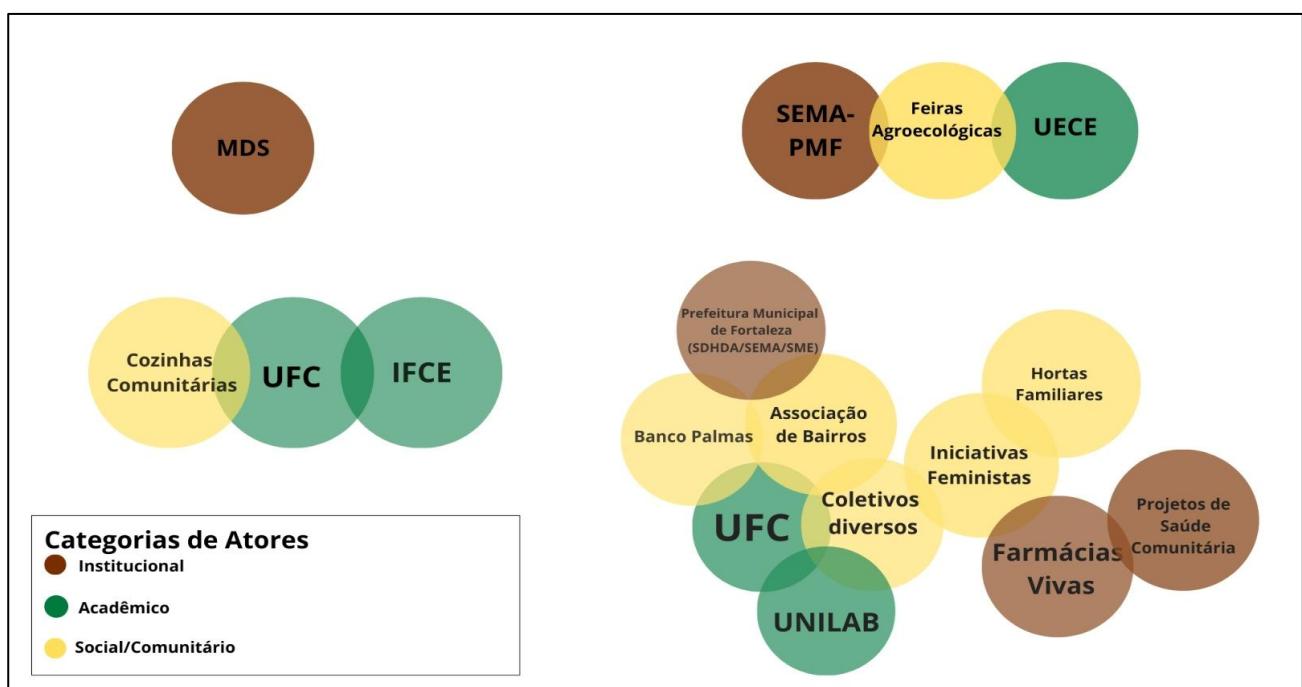


Figura 1 – Rede de Atores da Agricultura Urbana em Fortaleza

Fonte: Baseado em CEARAH Periferia e Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security (2001), Miranda (2010), Silveira Filho (2012), Borracho Junior (2017) e Costa (2024).

A figura mostra conexões e parcerias entre atores institucionais, acadêmicos e comunitários que contribuíram para a consolidação da agricultura urbana como política pública e prática social.

3. EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL (2000-2010)

O início do século XXI marca a transição da agricultura urbana em Fortaleza de uma prática essencialmente comunitária e dispersa para uma política pública estruturada, sustentada por redes interinstitucionais e pela valorização da agroecologia como eixo de desenvolvimento urbano sustentável. Esse período foi fundamental para consolidar a agricultura urbana como estratégia transversal de segurança alimentar, inclusão social e gestão ambiental.

Em 2001, o Diagnóstico do Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security, em parceria com o CEARAH Periferia (2021) e a Prefeitura de Fortaleza, sistematizou pela primeira vez as práticas existentes, mapeando hortas, quintais produtivos, Farmácias Vivas e projetos comunitários em diversos bairros. Esse levantamento, apoiado pela Food and Agriculture Organization (FAO), trouxe visibilidade internacional à experiência de Fortaleza e serviu de base para as ações que seriam implementadas nos anos seguintes. O estudo recomendava a criação de centros de capacitação, incentivos à produção local e integração das hortas comunitárias às políticas de segurança alimentar e desenvolvimento urbano (CEARAH Periferia; Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security, 2001).

Com base nessas recomendações, a Prefeitura Municipal, por meio da então Secretaria de Desenvolvimento Econômico, iniciou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, estruturando experiências de base agroecológica em bairros periféricos. A partir de 2005, o programa ampliou seu alcance com a criação dos Centros de Referência em Agricultura Urbana Sustentável (CRAUS), implantados em diferentes regiões da cidade. Os CRAUS tornaram-se espaços de formação, assistência técnica e disseminação de tecnologias sociais, conectando instituições públicas, universidades e movimentos comunitários. Contudo, a falta de continuidade institucional e de orçamento permanente levou à extinção dos CRAUS poucos anos após sua criação, ilustrando o padrão de intermitência que caracteriza as políticas municipais da área (Miranda, 2010).

Apesar de sua curta duração, os CRAUS deixaram como legado a ampliação do debate sobre agricultura urbana e a consolidação de parcerias entre órgãos públicos, universidades e organizações sociais. Nesse mesmo período, foram implementadas ações de maior alcance, como as Hortas Escolares, as Farmácias Vivas e os projetos

comunitários apoiados pela SDE e pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), que contribuíram para aproximar a agricultura urbana das agendas de segurança alimentar, educação ambiental e saúde pública.

Durante a gestão da prefeita Luizianne Lins (2005-2012), Fortaleza consolidou um ciclo de forte articulação entre políticas públicas, universidades e organismos internacionais. Nesse período, foi realizado o primeiro Seminário de Agricultura Urbana e Periurbana de Fortaleza, que contou com a participação da FAO, das Nações Unidas, e de representantes de diversas instituições acadêmicas e sociais. Entre as iniciativas de maior destaque, encontra-se o Projeto de Hortas Escolares, desenvolvido em parceria com o Departamento de Fitotecnia do Centro de Ciências Agrárias, da UFC, no qual estudantes de Agronomia atuaram como bolsistas responsáveis pela implantação e acompanhamento técnico das hortas nas escolas municipais.

Ainda nessa gestão, foi promulgada a Lei Municipal n. 9.443 (Fortaleza, 2009), que instituiu o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Fortaleza. O marco legal definiu objetivos, diretrizes e instrumentos de execução da política, reconhecendo a agricultura urbana como componente estratégico da segurança alimentar, do planejamento urbano e do desenvolvimento sustentável do município. Essa conquista representou o primeiro reconhecimento jurídico formal da agricultura urbana em Fortaleza, e um dos pioneiros no Brasil.

Em 2006, a cidade foi reconhecida nacionalmente por integrar ações de agricultura urbana às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, alinhando-se aos programas federais Fome Zero e Programa de Aquisição de Alimentos. Essa convergência permitiu articular o tema à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e consolidou a agricultura urbana como instrumento de soberania alimentar e inclusão social.

Simultaneamente, projetos inovadores foram implementados em parcerias com universidades e organizações da sociedade civil. As Hortas Orgânicas Escolares, iniciadas em 2005 pela Secretaria Municipal de Educação (SME) em conjunto com a UFC, é um exemplo emblemático. O projeto estimulou o cultivo agroecológico nos pátios escolares, integrando atividades pedagógicas, alimentação saudável e educação ambiental. Relatórios da época registram mais de 40 escolas com hortas ativas até 2011, atendendo principalmente comunidades das Regionais V e VI, onde a vulnerabilidade alimentar era mais acentuada (Silveira Filho, 2012).

Outro marco relevante foi a consolidação do Projeto Farmácias Vivas, iniciado nas décadas anteriores sob coordenação do professor Francisco José de Abreu Matos. No

início dos anos 2000, o projeto foi institucionalizado como política pública municipal, contando com unidades distribuídas por diferentes bairros, entre eles Itaoca, Jangurussu e Barra do Ceará. A integração entre as Farmácias Vivas, os CRAUS e as Hortas Escolares reforçou a transversalidade da agricultura urbana, abrangendo saúde, educação e meio ambiente (Rufino, 2015).

O período também foi marcado por uma crescente atuação dos movimentos sociais urbanos e rurais, como o Movimento das Mulheres da Itaoca, o Projeto Quatro Varas, o Banco Palmas e o CEARAH Periferia, que fortaleceram as práticas comunitárias e a economia solidária. Essas experiências, articuladas a redes de agroecologia e segurança alimentar, possibilitaram que Fortaleza integrasse, em 2009, o seletivo grupo de cidades com marco legal próprio para a AUP, por meio da Lei Municipal n. 9.443 (Fortaleza, 2009). Essa lei representou um avanço pioneiro no país, ao reconhecer formalmente a agricultura urbana como componente do planejamento urbano e como instrumento de sustentabilidade ambiental e alimentar.

A partir dessa base legal e institucional, as práticas antes fragmentadas ganharam consistência política. O município passou a desenvolver projetos intersetoriais envolvendo a SDHDS, a SDE, a Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA) e a SME, com apoio técnico da UFC e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Os núcleos acadêmicos, como o Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) e o Núcleo de Estudos e Práticas em Permacultura do Semiárido (NEPPSA), desempenharam papel estratégico na sistematização de dados e na experimentação de novas metodologias de manejo agroecológico.

Quadro 1 – Principais programas e projetos municipais de agricultura urbana em Fortaleza (2000-2010)

Programa/Projeto	Órgão Responsável	Parceiros	Principais Resultados
CRAUS	SDE/Prefeitura Municipal de Fortaleza	UFC, Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA/CE), ONGs	Formação e capacitação em agricultura urbana
Hortas Escolares	SME	UFC	40 escolas com hortas ativas até 2011
Farmácias Vivas	UFC/Secretaria da Saúde do Ceará (SESA)	SDHDS	Distribuição gratuita de fitoterápicos

Fonte: Baseado em Miranda (2010), UFC (2009) e Silveira Filho (2012).

O período de 2000 a 2010 consolidou, portanto, uma base sólida para a agricultura urbana em Fortaleza, transformando-a de prática comunitária e assistencial em instrumento estruturante de política pública. Essa década foi essencial para legitimar a agricultura

urbana como parte da agenda de planejamento da cidade e como vetor de sustentabilidade, diversidade produtiva e justiça social.

4. INTEGRAÇÃO E INOVAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2010-2020)

A década de 2010 consolida um novo patamar na trajetória da agricultura urbana em Fortaleza, caracterizado pela integração entre políticas setoriais, redes acadêmicas e movimentos sociais, assim como pela incorporação do tema nas agendas estratégicas de planejamento da cidade. A agricultura urbana passa a ser compreendida não apenas como prática socioambiental, mas como instrumento transversal de gestão territorial, educação, saúde e sustentabilidade alimentar, em sintonia com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Durante a gestão do prefeito Roberto Cláudio (2013-2020), o município elaborou o Plano Fortaleza 2040, um plano estratégico e multissetorial com horizonte de longo prazo que incluiu, entre seus eixos temáticos, a proposta de desenvolvimento de um Plano Específico de Agricultura Urbana. O documento reconheceu a importância das práticas agrícolas urbanas como instrumentos de sustentabilidade, adaptação climática e inclusão produtiva, reafirmando o potencial da agricultura urbana para integrar ações de educação ambiental, saúde, economia solidária e requalificação territorial. Embora o plano tenha representado um avanço conceitual e discursivo, sua implementação prática permaneceu incipiente, refletindo a dificuldade de manter a continuidade administrativa da política municipal de agricultura urbana.

A partir de 2010, o município fortaleceu a articulação entre a Lei Municipal n. 9.443 (Fortaleza, 2009) e outras políticas públicas emergentes, como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Essa convergência ampliou a inserção da agricultura urbana nas escolas e centros comunitários, reforçando o caráter educativo e social do cultivo urbano. Experiências como as Hortas Escolares de Fortaleza, que haviam sido iniciadas ainda na década anterior, expandiram-se com o apoio técnico da UFC e da SME e incorporaram princípios agroecológicos às práticas pedagógicas, articulando saberes científicos e populares (Silveira Filho, 2012).

A consolidação de uma rede de atores interinstitucionais foi decisiva nesse processo. No âmbito acadêmico, destacaram-se o LAPUR, o NEPPSA e o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agricultura Urbana.

Esses espaços promoveram ações de extensão e formação técnica, contribuindo para a difusão de metodologias sustentáveis e a criação de bancos de dados territoriais sobre áreas produtivas. Em 2017, o Projeto Permacultura Fortaleza, vinculado ao NEPPSA, consolidou-se como experiência inovadora de educação ambiental e desenho ecológico de espaços urbanos. A partir da criação de hortas mandala, viveiros de mudas, bioconstruções e sistemas de compostagem, o projeto contribuiu para consolidar a permacultura como ferramenta de requalificação ambiental e formação cidadã, com forte atuação com escolas e comunidades periféricas (Borralho Junior, 2017).

Paralelamente, emergiram experiências comunitárias que reforçaram a dimensão social e solidária da agricultura urbana. Projetos como o Banco Palmas e sua Incubadora Feminina, no Conjunto Palmeiras, inseriram a agricultura urbana na economia solidária local, promovendo a autonomia produtiva de mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade. Essas ações, articuladas à política municipal de desenvolvimento social, reafirmaram a agricultura urbana como estratégia de combate à pobreza e fortalecimento dos circuitos econômicos locais (Melo, 2003).

Quadro 2 – Iniciativas-chave da Agricultura Urbana em Fortaleza (2010-2020)

Iniciativa	Instituição Coordenadora	Dimensão	Resultados
Hortas Escolares	SME + UFC	Educação ambiental	40 escolas atendidas
Projeto Permacultura Fortaleza	NEPPSA/UECE	Formação ecológica	Hortas mandala e mutirões comunitários
Feiras Agroecológicas	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora (CETRA), Movimento Sem Terra (MST), Terrazul	Economia solidária	Sete feiras permanentes na Região Metropolitana de Fortaleza
Banco Palmas	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras	Inclusão produtiva	Geração de renda feminina e hortas urbanas

Fonte: Baseado em Borralho Junior (2017), Araújo (2021) e Costa (2024).

Durante o mesmo período, observou-se o fortalecimento de feiras agroecológicas e orgânicas como novos espaços de comercialização, encontro e educação alimentar. A Feira Agroecológica do Benfica, criada em 2010 em parceria entre o Instituto Kayrós, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e a Associação Alternativa Terrazul, foi a primeira do gênero na cidade, tornando-se referência em consumo responsável e valorização da produção camponesa. Em seguida, surgiram outras experiências, como a Feira do CETRA, a Feira Caroá, a Feira Cultural e Agroecológica da Reforma Agrária (MST) e as Feiras Eco Ceará, realizadas em parceria com a SEMA e a Rede Eco Ceará. Essas

feiras configuram os circuitos curtos de comercialização, nos quais produtores e consumidores se relacionam diretamente, fortalecendo laços de confiança e promovendo alimentação saudável e acessível (Araújo, 2021).

A agricultura urbana também passou a ocupar papel relevante em políticas de adaptação e mitigação climática. A SEMA e a SDA/CE, em diálogo com o município, incorporaram a agricultura urbana ao Plano de Ação Climática de Fortaleza e ao Plano Diretor Participativo, reconhecendo seu potencial para aumentar a permeabilidade do solo, reduzir ilhas de calor e ampliar a biodiversidade urbana. Bairros como Lagoa Redonda, Sabiaguaba e Jangurussu tornaram-se referências pela permanência de áreas produtivas e de quintais agrícolas, conforme mapeamentos realizados por Ana Carla Gomes (2017), que demonstraram a coexistência entre agricultura e urbanização, revelando tensões entre preservação, especulação imobiliária e direito à cidade.

No campo institucional, a década foi marcada por avanços e desafios. Se, por um lado, houve ampliação das redes e reconhecimento da agricultura urbana como política pública, por outro, a expansão imobiliária e a falta de regularização fundiária provocaram redução de áreas produtivas e deslocamento de agricultores. Em diversas comunidades, a agricultura urbana resistiu como prática de identidade e pertencimento, configurando-se como território de resistência socioambiental frente aos processos de gentrificação.

A consolidação dessa etapa reafirmou o caráter multidimensional da agricultura urbana em Fortaleza, um fenômeno que integra sustentabilidade, cidadania e inovação social. Ao final da década de 2010, a cidade já contava com um mosaico de experiências e políticas articuladas entre diferentes esferas de governo, instituições acadêmicas e movimentos populares, formando uma base sólida para o novo ciclo de fortalecimento e redes institucionais que se aprofundaria nos anos seguintes.

5. NOVAS REDES E MARCOS LEGAIS RECENTES (2020-2025)

A década de 2020 inaugura uma etapa paradoxal na trajetória da agricultura urbana em Fortaleza: ao mesmo tempo em que o tema ganha densidade social, acadêmica e simbólica, as políticas públicas específicas sofrem com fragilidade institucional e ausência de continuidade governamental. O período é marcado pela emergência de novas redes de base comunitária e pelo fortalecimento da articulação entre universidades e movimentos sociais, mas também pela redução do apoio técnico e orçamentário das gestões municipais recentes, resultando em lacunas de implementação das políticas existentes.

A pandemia de covid-19 (2020-2022) evidenciou, de forma contundente, a vulnerabilidade alimentar nas áreas urbanas e periurbanas da capital cearense. Diante da retração dos programas públicos, as hortas comunitárias, quintais produtivos e cozinhas solidárias tornaram-se respostas autônomas e coletivas à crise. Projetos como o da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, as hortas do Movimento Amorbase (Serrinha), da União dos Moradores do Jardim Iracema (UMJIR) e da Associação do Conjunto São Bernardo mostraram o potencial da agricultura urbana como estratégia de solidariedade e soberania alimentar em tempos de escassez. No entanto, a ausência de apoio logístico e técnico municipal limitou a expansão dessas experiências e dificultou a sua manutenção de forma duradoura.

Nesse contexto, a universidade pública voltou a exercer papel central de articulação. O Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação (NUPEGA), criado em 2020 e vinculado ao LAPUR, consolidou-se como espaço de reflexão crítica e de ação extensionista voltada à agricultura urbana e à geografia da alimentação. Por meio de oficinas, cursos, rodas de conversa e da horta didática do curso de Geografia, o NUPEGA contribuiu para a formação de uma nova geração de estudantes e lideranças comunitárias, comprometidas com o direito à alimentação e o uso social do território. Em parceria com organizações como a Amorbase, o núcleo vem fortalecendo práticas agroecológicas e redes de colaboração local, com foco em juventude, cultura alimentar e economia solidária.

Em paralelo, espaços como o Cuca Ambiental e projetos independentes, como a Floresta Urbana Sombra de Cajueiro, a Horta Social para Idosos (SDHDS) e as Feiras Eco Ceará, mantiveram viva a agenda ambiental e agroecológica, ainda que sem articulação direta a uma política municipal estruturada. Essas ações se destacam por sua capilaridade e inovação social, mas dependem de iniciativas isoladas e parcerias pontuais, revelando a ausência de planejamento público continuado.

Vejamos uma representação espacial das principais iniciativas comunitárias, acadêmicas e institucionais de agricultura urbana e agroecologia, incluindo hortas comunitárias, Hortas Escolares, agroflorestas urbanas, feiras agroecológicas, quintais produtivos e Farmácias Vivas.

A discussão sobre a atualização da Lei Municipal n. 9.443 (Fortaleza, 2009) e a formulação de uma nova Política Municipal de Agricultura Urbana, Periurbana e Agroecologia foi retomada entre 2022 e 2024, com participação de universidades, movimentos populares e órgãos estaduais (SEMA, SDA/CE). O texto preliminar, que amplia o escopo da lei e propõe a criação de Agentes Comunitários de Agroecologia Urbana,

programas de inclusão digital e ações de valorização da cultura agrícola, ainda não foi oficialmente apresentado à nova gestão municipal. Essa indefinição expressa a descontinuidade e o descompasso entre o avanço conceitual da sociedade civil e o engajamento efetivo do poder público.

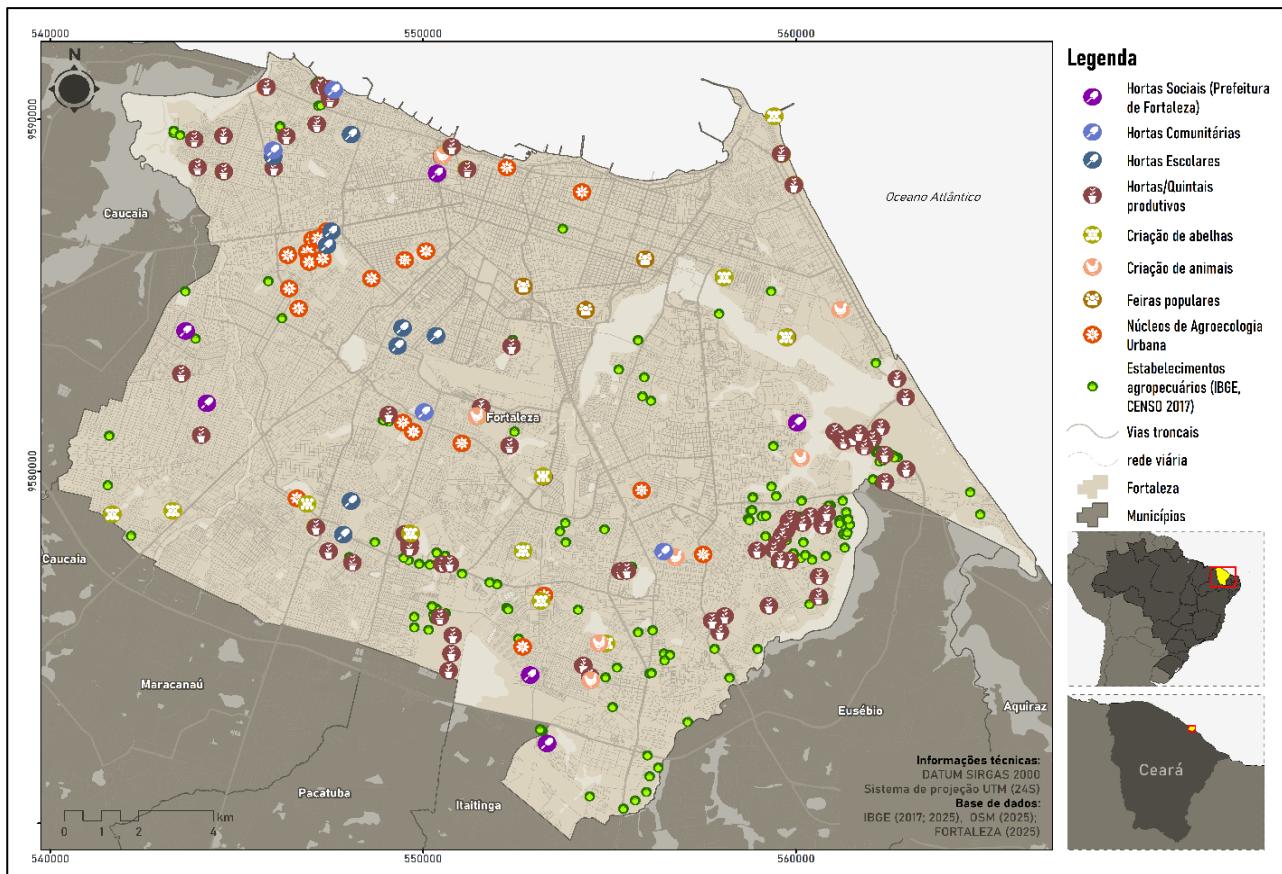


Figura 1 – Mapeamento e classificação das iniciativas de agricultura urbana em Fortaleza (2020-2025)
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Paralelamente, a consolidação do Fórum Popular de Agroecologia Urbana e Periurbana de Fortaleza, formado por coletivos, instituições acadêmicas e redes intersetoriais, representa um contraponto importante à omissão institucional. O Fórum vem atuando como espaço de construção participativa e incidência política, buscando garantir que a agricultura urbana seja reconhecida como parte da política urbana e alimentar da cidade. Ainda assim, sua atuação tem sido limitada pela falta de recursos e pelo distanciamento da administração municipal, o que dificulta a institucionalização de suas propostas.

De forma geral, o cenário atual é marcado por contradições: cresce o engajamento social e a produção de conhecimento técnico e científico sobre a agricultura urbana, mas

persiste a fragilidade da governança pública e a ausência de políticas estruturantes e intersetoriais.

Atores	Papel	Situação Atual	Desafios Principais
NUPEGA/UFC	Pesquisa e extensão	Ativo e articulador	Financiamento e institucionalização
Fórum Popular de Agroecologia	Articulação social e política	Ativo, porém não reconhecido oficialmente	Incidência sobre políticas públicas
Prefeitura de Fortaleza	Gestão e coordenação	Desarticulação e ausência de política estruturada	Implementação da nova lei e coordenação intersetorial
Comunidades (Amorbase, UMJIR etc.)	Produção e educação ambiental	Ativas, mas sem apoio técnico	Sustentabilidade e infraestrutura

Quadro 3 – Atores e tensões na política de agricultura urbana em Fortaleza (2020-2025)

Fonte: Baseado em Costa (2024) e NUPEGA/UFC (2023).

A experiência de Fortaleza, que já foi referência nacional no início dos anos 2000, enfrenta hoje o desafio de reconectar suas práticas locais às políticas de escala metropolitana e nacional, resgatando o papel do Estado como indutor da transição agroecológica e promotor da soberania alimentar.



Figura 2 – “Práticas vivas x Políticas ausentes” na Agricultura Urbana de Fortaleza. Contradições contemporâneas entre o dinamismo das iniciativas sociais e a fragilidade das políticas institucionais

Fonte: Baseado em Costa (2024), NUPEGA/UFC (2023) e Fórum Popular de Agroecologia (2024).

A década de 2020, portanto, reafirma a importância da agricultura urbana como prática viva e resiliente, sustentada principalmente pelo esforço de comunidades, coletivos e universidades, e não pelo aparato institucional. O futuro da política de AUP em Fortaleza dependerá da capacidade de reconstruir pontes entre o poder público e os sujeitos sociais que mantêm o território fértil, não apenas em solo, mas em memória, resistência e esperança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da agricultura urbana em Fortaleza revela um percurso de mais de quatro décadas, no qual a prática de cultivar nas cidades deixou de ser uma atividade informal de subsistência para se tornar expressão concreta de resistência, solidariedade e direito ao território. Do início espontâneo nos quintais e margens de lagoas, ainda nos anos 1980, à criação de políticas municipais e redes agroecológicas mais estruturadas, o processo foi profundamente marcado pelas condições socioeconômicas da capital, pelas dinâmicas migratórias e pela força das iniciativas populares.

O histórico apresentado mostra que a agricultura urbana se consolidou como fenômeno multifacetado: é, ao mesmo tempo, produção de alimentos, ação educativa, prática terapêutica, política de inclusão e forma de gestão ambiental. As décadas de 2000 e 2010 representaram o auge dessa articulação, com o reconhecimento legal por meio da Lei n. 9.443 (Fortaleza, 2009) e a formação de programas como os CRAUS, as Hortas Escolares e as Farmácias Vivas, que conectaram dimensões da saúde, da educação e da segurança alimentar. Esse período correspondeu a um raro momento de coerência institucional entre Estado e sociedade civil.

Entretanto, a análise crítica do ciclo mais recente evidencia que a agricultura urbana em Fortaleza permanece vulnerável à descontinuidade administrativa e ao baixo investimento público. A ausência de uma estrutura municipal permanente, seja em secretaria, coordenação ou orçamento específico, impediu a consolidação das conquistas obtidas na década anterior. A nova proposta de lei de agricultura urbana, agroecologia e periurbana, construída coletivamente entre 2022 e 2024, ainda não foi sequer apresentada à atual gestão, revelando o descompasso entre o avanço conceitual das redes sociais e a morosidade institucional.

Em contrapartida, a sociedade civil e as universidades tornaram-se as principais guardiãs dessa agenda. O NUPEGA, o LAPUR, o NEPPSA e outros grupos extensionistas vêm preenchendo as lacunas deixadas pelo poder público, formando estudantes,

articulando comunidades e produzindo conhecimento aplicado ao território. Redes como o Fórum Popular de Agroecologia Urbana e Periurbana, a Rede Eco Ceará, os coletivos comunitários (Amorbase, UMJIR, São Bernardo) e experiências solidárias, como as Feiras Agroecológicas e as Cozinhas Comunitárias, demonstram que a agricultura urbana segue viva – sustentada por valores de reciprocidade e autogestão, mesmo diante da ausência de políticas consistentes.

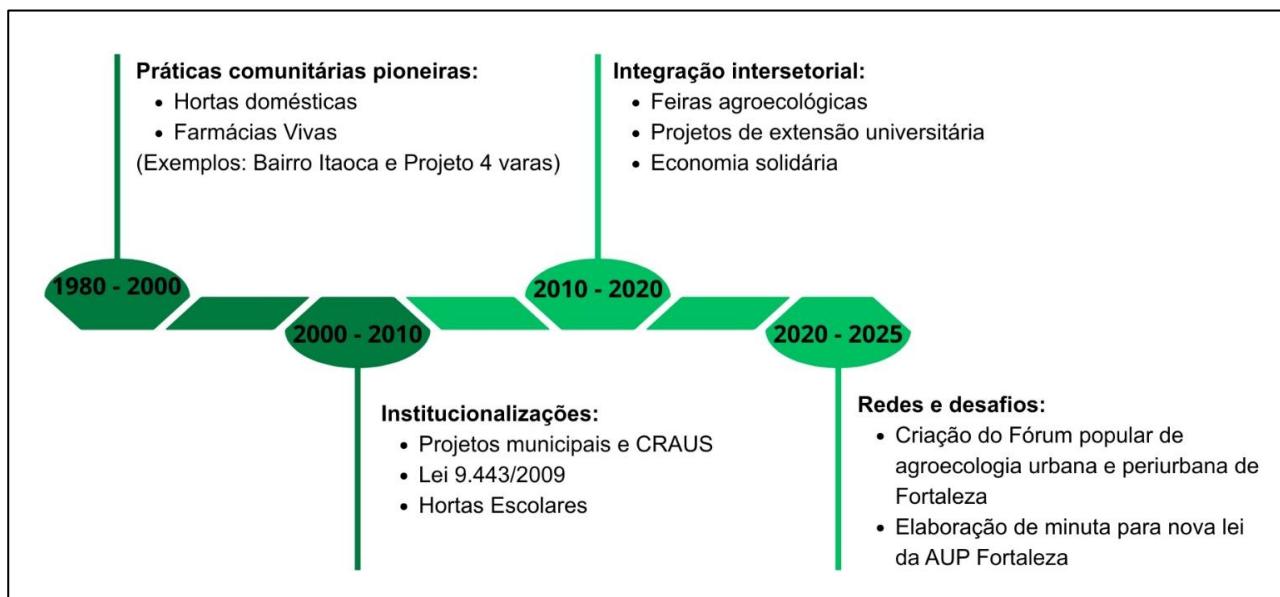


Figura 3 – Linha do tempo da agricultura urbana em Fortaleza (1980-2025)
Fonte: Elaboração própria (2025).

Quadro 4 – Síntese de avanços e desafios atuais da agricultura urbana em Fortaleza.

Aspectos	Avanços	Limitações/Desafios
Legislação	Marco legal 2009; minuta 2024	Lei nova não apresentada; descontinuidade
Gestão pública	Integração intersetorial pontual	Ausência de coordenação municipal permanente
Sociedade civil	Redes e fóruns ativos	Falta de apoio financeiro e técnico
Pesquisa e extensão	Núcleos universitários atuantes	Dependência de editais temporários

Fonte: Baseado em Miranda (2010), Araújo (2021) e Costa (2024).

Fortaleza, que já figurou entre as experiências de referência no Nordeste e no Brasil, vive hoje um momento de reconfiguração silenciosa: a prática continua, mas a política pública se fragiliza. Essa contradição revela que o desafio não é mais provar a relevância da agricultura urbana, mas reconstruir o compromisso institucional e político com ela. Para tanto, é fundamental retomar o papel da Prefeitura como articuladora e garantir a transversalidade do tema em áreas como habitação, meio ambiente, juventude, economia solidária e cultura alimentar.

Mais do que produzir alimentos, a agricultura urbana em Fortaleza produz território, memória e cidadania. O que está em jogo, portanto, não é apenas a manutenção de hortas, mas o reconhecimento da cidade como espaço de vida fértil, capaz de integrar o urbano e o rural em um mesmo projeto de justiça social e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. M. **Feiras agroecológicas e orgânicas em Fortaleza-Ceará: territórios da r-existência camponesa.** 2021. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=103141>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BARROS, M. E. N. **O horto do movimento mulheres da Itaoca e sua contribuição para a saúde e desenvolvimento social.** 2015. 58 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36903>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BORRALHO JUNIOR, L. S. R. **A permacultura como alternativa sustentável:** o caso do Núcleo de Estudos e Práticas Permaculturais do Semiárido (NEPPSA), em Fortaleza – CE. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=88430>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 18 set. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/lei/l11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm). Acesso em: 19 jan. 2026.

CEARAH PERIFERIA; RESOURCE CENTRE ON URBAN AGRICULTURE AND FOOD SECURITY. **Diagnóstico da Agricultura urbana e periurbana de Fortaleza – CE.** Fortaleza: CEARAH Periferia, 2001.

COSTA, N. **A agricultura urbana em Fortaleza (CE):** instrumento de sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

FORTALEZA. Câmara Municipal de Fortaleza. **Lei Ordinária n. 9.443, de 28 de janeiro de 2009.** Institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Fortaleza e dá outras providências. Fortaleza: Câmara Municipal, 28 jan. 2009. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/1517/text>. Acesso em: 19 jan. 2026.

GOMES, A. C. A. **Geoprocessamento aplicado à criação do Banco de Dados de Agricultura Urbana (BDAU):** uma experiência para o bairro Lagoa Redonda em Fortaleza/CE. 2017. 54 f. Monografia (Especialização em Geoprocessamento Aplicado à Análise Ambiental e aos Recursos Hídricos) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=97608>. Acesso em: 19 jan. 2026.

GOMES, A. C. A.; CRUZ, M. L. B. A agricultura urbana como forma de uso e ocupação no espaço urbano: o caso do bairro Lagoa Redonda em Fortaleza-Ceará. **Campo - Território**, Uberlândia, v. 15, p. 68-86, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT153704>. Acesso em: 19 jan. 2026.

GOMES, A. C. A.; CRUZ, M. L. B. Análise preliminar da agricultura urbana na cidade de Fortaleza-CE: vivência e prática para o desenvolvimento urbano. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA, 4., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ELAUP, 2019. p. 40-54.

MELO, J. Banco Palmas: uma prática de socieconomia solidária. **Caderno de Trabalho**, Fortaleza, n. 116, p. 1-39, maio 2003. Disponível em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3661_pt.html. Acesso em: 19 jan. 2026.

MIRANDA, R. B. **Agricultura urbana e periurbana:** um novo olhar na melhoria da qualidade alimentar. Fortaleza: REDESAN, 2010.

RUFINO, A. O. **Farmácias vivas:** o contexto do uso de plantas medicinais e fitoterápicos por meio dos atores sociais no município de Fortaleza. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15336>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SILVEIRA FILHO, J. A. A horta orgânica escolar como alternativa de educação ambiental e de consumo de alimentos saudáveis para alunos das escolas municipais de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 6, n. 2, p. 1-6, jan. 2012. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/revista/cad/article/view/11293>. Acesso em: 19 jan. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto Farmácia Viva:** manual de cultivo e beneficiamento de plantas medicinais. Fortaleza: SESA, 2009.

Recebido: 04/09/2025
Aceito: 12/11/2025